



A CRISE ECONÔMICA DA DÉCADA DE 2010 E SEUS EFEITOS SOBRE O TURISMO NO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Aline César Jesus¹
Erick da Cunha Coelho Zickwolff²
Glauber Henrique Santos Caldas³
Leonardo Anderson da Silva⁴

1. INTRODUÇÃO

Para compreender, de maneira ampla, a lógica da atividade turística de Macaé e, mais especificamente, o recorte temporal entre os anos de 2012 e 2018, faz-se necessário esquadrihar não apenas o processo histórico de desenvolvimento econômico da região em que ele está inserido, mas também a evolução do turismo no município, as atuais realidades mundial, nacional e local, já que todas afetam, em maior ou menor escala, o fenômeno do turismo. Portanto, falar apenas dos acontecimentos mais recentes que impactaram a dinâmica macaense seria abrir mão do nexo estrutural de sua evolução e impediria a apreensão total de sua complexa configuração. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é, por meio da análise do desenvolvimento econômico do município de Macaé e da influência direta exercida por conjunturas internacionais, nacionais e regionais, examinar criticamente as medidas adotadas pelo *trade* turístico e pelo poder público municipal, frente à situação vivida no período entre os anos de 2012, quando a atividade petrolífera ainda apresentava números positivos; e 2018, quando, após um período de declínio financeiro, voltou a apresentar um crescimento, ainda que modesto.

2. A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DE MACAÉ

Segundo Lôbo Júnior *et al.*(1990), as terras que compreendem os atuais municípios de Macaé, Carapebus, Quissamã e Campos dos Goytacazes eram ocupadas por índios Goitacás à época em que os primeiros europeus chegaram à região. Esses nativos eram exímios pescadores, extraindo das águas do mar e dos rios uma fonte abundante e importante de alimento. Tornaram-se inimigos irreconciliáveis dos portugueses, mas mantiveram uma relação amistosa com os franceses, com quem realizavam escambos em troca do pau-brasil abundante na região.

Em 1534, após a divisão do Brasil em Capitanias Hereditárias, tais terras terminaram separadas entre a Capitania de São Tomé, ao norte, e a Capitania de São Vicente, ao sul, tendo como marco divisor as águas do Rio Macaé. Entretanto, foi apenas no ano de 1615, quando Portugal estava sob o domínio espanhol, que a região recebeu um centro de povoamento, com a criação de uma aldeia formada por cerca de duzentos índios aculturados e alguns portugueses. Em 1627, sete capitães requisitaram ao trono português uma sesmaria que congregava as terras entre o Rio Macaé e o Cabo de São Tomé e em 1630, padres jesuítas requisitaram as terras ao sul do território dos sete capitães, entre os rios Macaé e Leriipe. Esse é considerado o momento do início da efetiva ocupação das terras do futuro município de Macaé. (*id.*).

Anos mais tarde, uma série de questões políticas envolvendo o governador do Rio de Janeiro, General Salvador Correia de Sá e Benevides, fez com que todas aquelas terras fossem rearranjadas, a mando do rei de

Portugal, entre os Padres Jesuítas (que viriam a ser expulsos do país em 1759, por um decreto do Marquês de Pombal), o General Benevides, alguns frades de São Bento e os herdeiros dos setes capitães. Aliás, as terras desses herdeiros deram origem aos povoamentos de Quissamã e Carapebus, que apenas nos anos de 1989 e de 1997, respectivamente, deixaram de fazer parte do município de Macaé, tornando-se independentes. Essas localidades formaram o núcleo de cultivo da cana-de-açúcar, com exploração de mão de obra escrava africana, cujo tráfico era um negócio lucrativo. Também eram exploradas, economicamente, as madeiras abundantes na região e a criação de gado bovino (*id.*).

No ano de 1813, os habitantes de Macaé solicitaram ao Príncipe Regente, D. João VI, a criação de uma vila, pedido que foi aceito no dia 29 de julho daquele ano, quando o arraial foi transformado na Vila de São João de Macahé. Já para a elevação à cidade, fato que ocorreu em 15 de abril de 1846, foram necessários vários melhoramentos que se seguiram à demarcação e ordenamento de sua área urbana, com ruas planejadas pelo engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Belegarde. Nesse período, a produção açucareira ainda era o carro-chefe da economia macaense, mas o café também passou a ter crescente importância nas terras de sua região serrana, devido ao clima e à condição do solo daquela localidade (*id.*).

Durante o século XIX, o Porto de Imbetiba tornou-se o 6º em volume de exportações de todo o Brasil, o que fez com que os macaenses solicitassem a instalação de uma alfândega no local, o que ocorreu em 6 de dezembro de 1896. Outros meios de escoamento da produção agrícola de Macaé, com destaque para o Engenho Central de Quissamã, foram o canal artificial Macaé-Campos e as estradas de ferro, obras inauguradas ainda na segunda metade do século XIX. Já no início do Século XX, com o fim do sistema escravocrata e a queda do Império, que deu lugar ao sistema republicano, a mão de obra negra foi sendo substituída pela de imigrantes europeus, muitos concentrando-se na região serrana de Macaé, nos distritos do Sana e Glicério, onde a cultura do café ainda era a atividade econômica predominante. É relevante destacar, também, a importância da pesca durante todo o período de desenvolvimento econômico da região, atividade que até os dias de hoje é fonte de renda para diversas famílias de trabalhadores macaenses (*id.*).

A grande transformação produtiva do município de Macaé aconteceu, de fato, na década de 1970 quando, segundo Piquet (2003, p.223), “a Petrobras elegeu a cidade de Macaé como base de operações das atividades de prospecção e de produção para o recém-descoberto petróleo⁵ da plataforma continental da Bacia de Campos”. As obras para edificação da estrutura física da Petrobras, somadas à necessidade de trabalhadores técnicos na área de exploração de petróleo e gás, além da presença de empresas fornecedoras de insumos para a atividade, fizeram com que um grande número de pessoas vindas de diferentes partes do Brasil e de países estrangeiros confluíssem para a cidade, o que, em médio prazo, elevou a população local dos pouco mais de 65 mil habitantes em 1970, para pouco mais de 130 mil nos anos 2000 (Costa, 2007, p. 70), ultrapassando a marca de 200 mil moradores nos dias de hoje⁶, segundo o último Censo do IBGE (2018).

Uma das principais fontes de renda de Macaé nas duas últimas décadas é o recebimento de *royalties*⁷ e participações especiais devido à presença da infraestrutura montada na cidade para a exploração do petróleo. Aliás, Gurvitz e Ávila (2013, p.148) apontam para a dependência financeira que os municípios produtores de petróleo passam a ter em relação à atividade e sugerem que haja investimentos “em projetos autossustentáveis ao longo do tempo, priorizando suas vocações e/ou atraindo novos empreendimentos”.

3. A CONJUNTURA INTERNACIONAL, NACIONAL E REGIONAL

Para que os acontecimentos no município de Macaé não fiquem desguarnecidos de um nexos mais amplo e complexo, que dificultariam a apreensão da totalidade das relações deste com a região em que está inserido, bem como com as realidades brasileira e internacional que o influenciam, é necessário uma breve análise de tais conjunturas. Nunca é demais lembrar que o sistema econômico vigente no mundo, atualmente, é o capitalismo, em sua fase denominada neoliberal, que prega a diminuição do tamanho e da importância do Estado, além do não intervencionismo governamental no mercado e na livre circulação financeira de bens e serviços. Além disso, o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas nas áreas de comunicação e transportes permitiu que o fenômeno da globalização, iniciado ainda no século XVI com as grandes navegações, fosse ampliado de maneira veloz e totalizante, conectando os lugares mais distantes do mundo e "diminuindo" as fronteiras territoriais e culturais (ANTUNES; PINTO, 2017). Isso explica, por exemplo, o grande número de empresas, empresários e trabalhadores vindos de diferentes países, principalmente da Europa, para a cidade⁸ de Macaé, durante a consolidação e expansão da exploração de petróleo e gás natural na Bacia de Campos.

O Brasil, país em desenvolvimento que há cerca de trinta anos deixou para trás um passado de governos antidemocráticos, adotou, a partir da década de 1990, o modelo neoliberal para nortear sua economia, ampliando o número de privatizações e a diminuição da importância do papel do Estado na manutenção de seus negócios. A Petrobras, companhia estatal em sua origem, passou a ter o capital aberto tendo o Governo do Brasil como seu acionista majoritário, transformando-se, então, em uma empresa estatal de economia mista. Dentre outras coisas, isso possibilitou a entrada de organizações estrangeiras na exploração e produção de derivados do petróleo do Brasil, a partir de 1997, quando a Petrobras perdeu seu monopólio. O resultado disso para Macaé foi a chegada de empresas estrangeiras que se basearam em seu território, contribuindo com a arrecadação de impostos e abrindo novas vagas de emprego. Entretanto, muitas delas não foram ocupadas pelos cidadãos macaenses, mas por pessoas vindas de fora, o que explica, de certa forma, o ritmo galopante do crescimento populacional do município nas últimas décadas.

Já o estado do Rio de Janeiro vem passando pela pior crise financeira da sua história, vendo os investimentos na realização de diversos grandes eventos nos últimos anos, tais como a *Jornada Mundial da Juventude*, os *Jogos Pan-Americanos*, a *Rio + 20*, a *Copa do Mundo da FIFA* e as *Olimpíadas* não trazerem o retorno esperado para os cofres públicos, nem para a população em geral, além dos escândalos de corrupção e desvio de verba pública envolvendo diferentes governadores em mandatos recentes. Soma-se a isto o crescimento do chamado "poder paralelo", formado pelo crime organizado e a violência decorrente das guerras entre facções rivais e destas com grupos de milicianos, a polícia e, até mesmo, as forças armadas convocadas para tentar ampliar a frente de segurança pública. Nesse processo vem ocorrendo a interiorização do tráfico de drogas que já alcançou Macaé e cresce a cada dia no município. Somadas às conjunturas internacional, brasileira e regional é possível, junto à análise do desenvolvimento econômico de Macaé, compreender como o município chegou ao momento em que está.

4. O TURISMO E SUA ATIVIDADE EM MACAÉ

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), órgão consultivo da atividade turística internacional e ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), o turismo é definido como "as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu entorno habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos" (OMT, 2003, p. 18). Para Magalhães, o turismo

[...] tem um grande potencial gerador de renda. Dessa forma é necessário explorá-lo, criando modelos próprios, específicos, que atendam à realidade brasileira, à realidade das grandes cidades e dos pequenos municípios, para que, então, se alcancem os efetivos desenvolvimentos econômico e social. (MAGALHÃES, 2002, p. 32)

Essa atividade produtiva de prestação de serviços, ligada ao setor terciário, possui grande potencial de desenvolvimento econômico devido ao chamado "efeito multiplicador", uma vez que, para funcionar de maneira plena, necessita do abastecimento constante de variados bens de consumo, tais como alimentos *in natura*, alimentos processados, bebidas, mobiliário, combustíveis, além de serviços de manutenção⁹. Macaé, que até a década de 1970 atraía um número razoável de visitantes motivados pela sua beleza cênica e pelos banhos de mar, passou, após a instalação da Petrobras na cidade, a desenvolver o chamado turismo de negócios ou corporativo¹⁰.

Na obra de Tavares *et al.* (2014), uma grande colcha de retalhos composta de passagens de livros e artigos de jornais, fica claro que até a década de 1970 a cidade de Macaé era procurada por veranistas em busca de locais aprazíveis para o descanso e o banho de mar, sendo a Praia da Imbetiba a mais frequentada por gente vinda de fora. Havia no local o Hotel Balneário da Imbetiba, construído ainda no fim do século XIX e que, mais tarde, foi utilizado como colônia de férias do Serviço Social do Comércio (SESC), o que demonstra a efetiva utilização do local como um atrativo turístico no passado. Todavia, foi justamente nesse recanto que, por abrigar um "porto natural"¹¹ e já explorado desde o século XVIII, a Petrobras edificou suas instalações, acabando com o perfil de lazer do local.

A instalação da Petrobras e de diversas empresas ligadas à exploração do petróleo e do gás natural nas águas da Bacia de Campos fez com que o perfil da atividade turística local se alterasse completamente, passando do bucólico balneário de lazer para o intenso ambiente produtivo, o que incentivou a segmentação de turismo de negócios na cidade de Macaé. Assim, desde fins da década de 1970 até os dias de hoje, Macaé passou a contar com um número cada vez maior de hotéis e pousadas que abriam suas portas interessadas em hospedar não só os turistas corporativos, mas também muitos trabalhadores residentes em outras localidades e que necessitavam passar a semana na cidade a trabalho. Foi dessa maneira que o município passou a contar com a segunda maior rede hoteleira do estado do Rio de Janeiro, com quase 10 mil leitos, ficando atrás apenas da capital.

Para ser considerado um destino turístico, o lugar em questão necessita possuir produtos turísticos comercializáveis de forma organizada. Esses produtos são formatados através da união de atrativos turísticos¹² e de infraestrutura, serviços, equipamentos. Por sua vez, os atrativos turísticos têm como matéria prima os recursos naturais e culturais de uma região, que possuem facilidade de acesso e são funcionais para o turismo.

Quanto ao município de Macaé, apesar da carência de produtos turísticos formatados, possui uma infraestrutura privilegiada em termos de hotelaria, restauração, aeroporto, comércio e serviços públicos, além de atrativos tais como o Sana¹³, o Parque Atalaia¹⁴, a Fazenda Airis¹⁵ e a Lagoa de Imboassica¹⁶. Há, entretanto, um número maior de recursos naturais e culturais que, caso sejam transformados, de fato, em atrativos turísticos, podem ampliar a oferta de produtos turísticos locais, impulsionando a atividade, principalmente no que concerne ao turismo cultural e ao turismo de lazer.

São exemplos de recursos mal aproveitados o Forte Marechal Hermes (rico em história e beleza cênica, mas com limitações de visitação devido ao modelo de gestão do Exército Brasileiro que vigora no local); o Arquipélago de Sant'Anna¹⁷ (formado por três ilhas e com enorme potencial para o turismo de lazer, mergulhos esportivos e pesca, mas que é gerido pela Marinha do Brasil que restringe a realização de atividades turísticas no local) e o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, que possui uma área de aproximadamente 60 km e abrange os municípios de Macaé com 1%, Carapebus com 34% e Quissamã com 65% de sua área total. Gerido pelo ICMBio que, mesmo a passos lentos, está começando a organizar o desenvolvimento de seu uso turístico com a criação de câmaras técnicas de uso público, realizadas com conselheiros do CONPARNA, equipe do ICMBio, etc. Outra iniciativa para o desenvolvimento do uso público no Parque é o Projeto "Embaixadores do Jurubatiba", organizado pelo SEBRAE e desenvolvido pelo ICMBio e Ministério do Meio Ambiente, com apoio do Instituto Estadual do Ambiente, Secretaria de Turismo do Estado e Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. O Projeto tem como finalidade promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, incentivando o empreendedorismo e o fortalecimento da economia no entorno do Parque. Segundo o ICMBio, o Parque possui um valor diferenciado e é considerado como laboratório na natureza, protege suas restingas e lagoas costeiras, os quais são delicados ecossistemas, associados ao Bioma Mata Atlântica, onde sobrevivem diversas espécies de fauna e flora brasileira, sendo algumas ameaçadas de extinção. A visitação somente é realizada com agendamento. É possível fazer caminhadas em trilhas, passeios de barco, praticar *stand up paddle*, remar caiaque, etc.

Há ainda as sociedades musicais. A Sociedade Musical Nova Aurora, fundada em 08 de junho de 1873, possui uma sede que começou a ser construída em 25 de agosto de 1889. Foi a primeira banda de Macaé e já teve Benedito Lacerda como um dos seus músicos mais ilustres. Já a Sociedade Musical Beneficente Lyra dos Conspiradores foi fundada em 25 de dezembro de 1882 e, com o prédio-sede inaugurado em 22 de maio de 1887, é considerada como uma das mais tradicionais instituições culturais do município. Em sua sede aconteciam reuniões conspiradoras do movimento abolicionista, por isso leva esse nome. Foi a primeira na época a aceitar negros como sócios. Baluartes da cultura macaense mas com dificuldades em manter suas portas abertas para visitação por falta de pessoal, o prédio da antiga Câmara Municipal de Macaé, transformado no Museu Escola do Legislativo, atualmente está passando por reformas e em breve estará aberto ao público. Há ainda a Igreja de Sant'Anna, localizada no morro de mesmo nome mas que, além de ter sua imagem original roubada, passou por reformas internas que a descaracterizaram. Mesmo assim, possui um vasto acervo catalogado.

Por fim, as próprias plataformas que servem para a extração do petróleo e do gás nas águas da Bacia de Campos (quando desativadas), bem como o parque industrial instalado pela Petrobras em Macaé, também poderiam ser transformados em atrativos turísticos, conforme explicam Monteiro e Guerreiro (2015). As primeiras, através da sua transformação em hotéis flutuantes¹⁸, como já foi feito na Malásia, em um empreendimento chamado *Seaventures Dive Rig Resort*, especializado em mergulhos. Já o parque industrial

serviria como palco para o turismo industrial e educacional, que segundo Dalonso (2005) já ocorre no Brasil em cidades como Joinville, em Santa Catarina.

5. A CRISE ECONÔMICA DA DÉCADA DE 2010

O município de Macaé vivenciou nos últimos anos, um período de crise financeira que culminou com um número significativo de demissões pela iniciativa privada, com o fechamento de diversos estabelecimentos comerciais e com a redução das despesas públicas municipais. No recorte temporal que vai do ano de 2012 ao ano de 2018, Macaé viu declinar as atividades relacionadas à produção de petróleo e gás, devido a fatores como as investigações de corrupção na Petrobras, que acarretaram em suspeitas por parte de empresas internacionais que atuavam em parceria com a instituição, além do decréscimo no valor do barril do petróleo no mercado internacional. Segundo reportagem do *El País* (2018), de novembro de 2015, Macaé teria passado da condição de “Eldorado do petróleo” à de “terra do desemprego”, já que, desde o final de 2014 até aquele momento, quase nove mil postos de trabalho formais foram fechados na cidade. Nas palavras do autor do artigo, “a cidade é o mais claro exemplo da crise que o Rio de Janeiro enfrenta após a forte queda do preço do barril de petróleo nos últimos meses e de a Operação Lava Jato mostrar suas garras nas contas da Petrobras”.

A atividade turística da cidade e, por conseguinte, seus serviços de hospedagem e alimentação, que se encontravam ligados intrinsecamente ao turismo de negócios, impulsionados pela importância dos empreendimentos de exploração petrolífera e da presença da Petrobras no município, viu-se obrigada a buscar novas segmentações para dar continuidade aos seus trabalhos, principalmente na área do lazer. A taxa de ocupação hoteleira, que durante o período do auge da atividade petrolífera tendia a permanecer perto dos 100% durante os dias úteis, apresentou um declínio exponencial, já que grande parte dos hóspedes era formada pela mão de obra das empresas prestadoras de serviços para a Petrobras. Já na região serrana do município, principalmente no Distrito do Sana onde é mais desenvolvida, a atividade turística de lazer mantém-se constante, alimentada pela procura de suas cachoeiras e trilhas, além da realização de pequenos eventos culturais ao longo do ano. Ainda assim, com esse cenário adverso com relação à taxa de ocupação hoteleira, o Ministério do Turismo classificou Macaé, no ano de 2018, como destino de Categoria A, o maior a ser atingido em sua classificação, com destaque para o já consolidado turismo de negócios e a expansão do turismo de lazer.

Hoje, a crise parece minorar seus efeitos sobre o município, como aponta a reportagem do *Estadão* (2018), devido a fatores como o aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional, a recuperação financeira da Petrobras e a volta dos leilões referentes à exploração do petróleo na Bacia de Campos. Assim, atividades como o comércio, a restauração e meios de hospedagem voltam a ter um crescimento, ainda que tímido. Este é um momento propício ao município para aproveitar as lições do passado recente e procurar diversificar suas atividades econômicas, tais como o turismo em seus diversos segmentos (de negócios, ecoturismo, de lazer, para a terceira idade, industrial, de educação, dentre outros), evitando assim outras crises avassaladoras que abalam qualquer localidade extremamente dependente de uma fonte de renda única.

6. AS AÇÕES DO TRADE E DA SECRETARIA DE TURISMO FRENTE À CRISE

Para tentar minimizar os efeitos negativos da crise, tanto o *trade* turístico local quanto o poder público necessitaram desenvolver estratégias exequíveis com as ferramentas de que dispunham.

Macaé, que constituiu ao longo dos anos a segunda maior rede hoteleira do estado do Rio de Janeiro (atrás apenas da capital), observou, em reação ao forte impacto sofrido pela crise, a adoção de estratégias por parte dos meios de hospedagem para atrair um novo nicho de mercado – o turismo de lazer. A rede hoteleira viu-se obrigada a reformular suas tabelas de tarifas, antes hiperinflacionadas pela presença de trabalhadores da indústria do petróleo, reduzindo o preço das diárias com vistas a aumentar a taxa de ocupação com turistas de lazer.

Já o poder público, na figura da Secretaria Municipal Adjunta de Turismo, adotou estratégias de atuação baseadas na otimização dos seus recursos internos, parcerias com outras secretarias municipais e também com a iniciativa privada. A confecção e constante atualização do Inventário Turístico do município que, segundo Stigliano e César (2006) é uma ferramenta de grande importância para o planejamento da atividade turística, é realizada pelos turismólogos concursados da secretaria, por exemplo. As ações de divulgação concentram-se no meio *online*, especialmente em redes sociais, que na atualidade permitem um grande alcance de público. Constantemente, busca-se a articulação com a iniciativa privada no sentido de estimular os investimentos para implantação de roteiros turísticos, o que é fundamental para que o turista de lazer tenha opções de produtos turísticos em Macaé.

Outras ações que merecem destaque são a reativação do Conselho Municipal de Turismo de Macaé, ferramenta imprescindível para a organização e o planejamento da atividade turística do município de maneira democrática¹⁹ e sustentável, e a criação do Calendário de Eventos Turísticos, composto por eventos²⁰ realizados pela iniciativa privada²¹ e que contam com o apoio institucional da gestão pública. Muitos desses eventos são frutos da organização do Polo Gastronômico Praia dos Cavaleiros, que conta com inúmeros estabelecimentos de restauração especializados em culinária brasileira e internacional. Há ainda a realização de palestras, de cursos de capacitação voltados para o mercado turístico local, em parceria com o Centro de Educação Tecnológica e Profissional (Cetep – Macaé), além da participação nos diversos fóruns de discussão e instâncias de governança municipal e a articulação com órgãos estaduais e federais. Tais ações devem ser desenvolvidas cada vez mais, conforme explica Petrocchi (2001, p. 202), “um município com potencial turístico necessita contemplar a vinculação dos diversos setores com o turismo”.

O turismo do município, apesar de todos os esforços, vem sendo trabalhado em um cenário de baixos investimentos públicos no setor. Assim, entende-se, por exemplo, que a divulgação do destino seja feita através de meios informatizados, principalmente com a utilização de redes sociais, que permite o alcance de um público considerável e a possibilidade constante de retroalimentação. Quanto à questão financeira, é importante esclarecer que o orçamento²² destinado à pasta é de pequena monta, devido à forma como o dinheiro público deve ser legalmente utilizado. Aproximadamente 53% das verbas recolhidas pelo município – através de impostos, *royalties* do petróleo, dentre outros – são utilizadas para o pagamento da folha de pessoal das diversas secretarias. Dos 47 % restantes, cerca de 50% são investidos em educação e saúde. Assim, para todas as demais necessidades são destinadas apenas 24% da arrecadação total de Macaé. Obviamente, tirante a obrigatoriedade dos gastos com a folha de pagamento de pessoal e os gastos mínimos previstos em lei para investimentos em

saúde e educação, a municipalidade pode, em tese, escolher a maneira de utilizar o restante do montante de que dispõe. Todavia, como destaca Tribe (2003, p. 265),

as decisões de investimento do setor público muitas vezes são determinadas pelas prioridades do partido político no poder, no plano nacional ou local. As decisões também serão afetadas pela atividade de grupos de interesse e o ambiente econômico geral.

Assim, mais do que a simples vontade de uma gestão buscar utilizar o turismo como parte do tripé do desenvolvimento econômico e social local, a realização factual de tal intento se vê atrelada às questões políticas, aos desejos da câmara dos vereadores e a situações vivenciadas na localidade, como falta de segurança e necessidade de realização de ações de fundo assistencialista, por exemplo.

7. O QUE PODE SER FEITO

Para o futuro, são esperadas ações como:

- a consolidação do Conselho Municipal de Turismo de Macaé, formado por representantes da iniciativa privada, do poder municipal e da comunidade local, como um espaço democrático de análise, debate e tomada de decisões com relação aos rumos da atividade turística de Macaé;
- a implementação do Plano Municipal de Turismo, pelo qual a Secretaria Municipal Adjunta de Turismo de Macaé já vem buscando parcerias técnicas com universidades públicas do Rio de Janeiro, e que na visão de Vignati (2012, p. 101) tem como objetivo “[...] transformar recursos em produtos turísticos. Para tanto, é necessário reconhecer quais são os recursos potenciais, analisá-los e planejar uma série de ações locais [...]” promovendo o desenvolvimento do setor turístico;
- a criação de um Observatório do Turismo no município, que segundo Valls (2006, p.159) é “uma ferramenta essencial para o planejamento sustentável” da atividade turística, servindo como “instrumento central de informação e análise sobre a evolução dos mercados, com característica de estabilidade e independência para a tomada de decisões do destino” e também já está em fase de planejamento. Para que os dados que vierem a alimentar o observatório possam ser colhidos de maneira constante é indispensável que a Secretaria Adjunta de Turismo de Macaé passe a contar com um número suficiente de estagiários que devem ser recrutados por meio de parcerias com as instituições educacionais presentes na Cidade Universitária do município;
- a concretização do Fundo Municipal de Turismo, que ampliará a verba disponível no município para a realização de ações que privilegiem a expansão da atividade em Macaé e será gerido pelo Conselho Municipal de Turismo;
- a busca de um diálogo que vise sensibilizar instituições como a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro, a Petrobras e o ICMBio, para a efetiva utilização de recursos naturais e culturais que existem no território macaense, mas que não foram, ainda, transformados em atrativos, e não podem ser comercializados como produtos turísticos, quais sejam, respectivamente, o Arquipélago de Santana, o Forte Marechal Hermes, as plataformas e demais instalações da cadeia produtiva do petróleo e o Parque Nacional da

Restinga de Jurubatiba;

- além de ações coordenadas com outras secretarias municipais, visando ao desenvolvimento da infraestrutura necessária para um melhor atendimento, não só aos turistas, mas também à própria população macaense e com a iniciativa privada – principal força motriz da atividade turística no sistema capitalista predominante no mundo – tanto na cidade de Macaé quanto nos demais distritos, com especial atenção para o Sana.

Crises econômicas são cíclicas e fazem parte de forma inerente ao sistema capitalista. O modelo neoliberal que hoje domina os mercados internacionais exige que empresas, trabalhadores e até mesmo órgãos públicos passem a atuar de maneira flexível, procurando novos nichos e se reinventando. O turismo em Macaé nas últimas décadas, viu-se grandemente dependente de sua modalidade de negócios e, no momento em que as atividades de seu grande mantenedor (a indústria do petróleo) entraram em declínio, necessitou explorar, de forma mais intensa outras vertentes, como o turismo de lazer e o ecoturismo.

Para evitar novos abalos econômicos de grande amplitude, seria interessante, por fim, que Macaé buscasse seguir o exemplo de cidades como Dubai (ainda que as realidades destas duas cidades sejam muito distintas, não cabendo comparações diretas) que, segundo Zickwolff (2009), durante determinado período de seu desenvolvimento econômico viu-se dependente da exploração do petróleo, mas que ao perceber a efemeridade de tal atividade passou a diversificar os investimentos em outras frentes como o turismo, o comércio e diversas modalidades de prestações de serviços, tornando-se ainda mais próspera e garantindo um lugar de destaque no cenário mundial.

NOTAS

¹ Turismóloga da Secretaria Municipal Adjunta de Turismo. Pós graduação Lato Sensu MBA – Marketing Empresarial. Endereço Institucional: Av. presidente Sodré, 534. Centro, Macaé/RJ. Email: sedecturmacaee@gmail.com; alinecesarjesus@gmail.com.

² Turismólogo da Secretaria Municipal Adjunta de Turismo. Mestre em Turismo (UFF). Endereço Institucional: Av. presidente Sodré, 534. Centro, Macaé/RJ.. Email: sedecturmacaee@gmail.com.

³ Turismólogo da Secretaria Municipal Adjunta Turismo. Graduação em Turismo. Endereço Institucional: Av. presidente Sodré, 534. Centro, Macaé/RJ.. Email: sedecturmacaee@gmail.com.

⁴ Secretário Municipal Adjunto de Turismo de Macaé. Graduação em Administração de Empresas e Graduando em Gestão de Turismo (Universidade Estácio de Sá). Endereço Institucional: Av. presidente Sodré, 534. Centro, Macaé/RJ.. Email: sedecturmacaee@gmail.com; leomarsh@me.com

⁵ Deve-se sempre ter em mente que o petróleo é um recurso natural não-renovável ou seja, finito, e que tem grandes variações de preço no mercado internacional, dependendo da conjuntura econômica vigente. Além disso, especialistas alertam sobre os efeitos nocivos dos combustíveis fósseis sobre o meio ambiente, sendo apontados entre os principais vilões do grande aumento do aquecimento global do planeta. Tudo isso faz com que o futuro da exploração desse recurso e seus subprodutos, a médio e longo prazos, seja posto em dúvida.

⁶ Diversos autores têm apontado, durante os últimos anos quinze anos, os problemas causados por essa grande expansão demográfica da cidade em um curto espaço de tempo. Piquet (2003, p. 228) afirma que "a cidade apresenta sobrecarga nos serviços de utilidade pública, escassez de moradias, uso predatório do litoral e outras mazelas que uma ocupação industrial sem planejamento acarreta nos locais em que se fixa". Já Costa (2007, p. 84) destaca que "a parcela mais pobre da população, no entanto, não tem acesso às mesmas condições de trabalho e moradia que são oferecidas aos estratos mais ricos, provocando uma segregação espacial na área urbana municipal". Oliveira et al. (2013, p. 81) sinalizam que ocorre "um grande crescimento populacional nos municípios beneficiários de *royalties*, que vêm a ser, em grande parte, cidades de pequeno e médio porte, confrontadas de um momento para outro com inúmeros problemas urbanos, sociais e econômicos decorrentes de um crescimento rápido e desordenado". La Rovere et al. (2015), Mota et al. (2007) e Esteves (2011) focam suas atenções nos problemas ecológicos gerados, tanto pela ocupação desordenada do solo, que invade áreas de restinga, brejos e manguezais, quanto na possibilidade de acidentes ambientais, como vazamento de óleo em embarcações, plataformas e oleodutos, que podem afetar as águas do mar, a costa e os ambientes protegidos como o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e o Arquipélago de Sant'Anna, que é uma APA - Área de Proteção Ambiental.

⁷ Leal e Serra (2013, p. 17-18) explicam que "sobre o território que atende à produção petrolífera são imobilizados capitais cuja função deixa de existir quando do esgotamento do petróleo. São estruturas industriais, equipamentos de infraestrutura terrestre e portuária, escritórios de serviços, que se cristalizam

nessas regiões e que, muitas vezes, podem responder pela dinâmica de crescimento local ou regional. É somente a qualidade finita desses impactos territoriais e não sua magnitude, que pode justificar a necessidade crucial de aplicação de parte dos recursos de *royalties* nas regiões produtoras [...] se uma região é intensamente impactada pela atividade petrolífera, maior será, *ceteris paribus*, seu esvaziamento econômico quando do fim das reservas".

⁸ É interessante, para evitar interpretações errôneas, diferenciar os conceitos de "cidade", como sinônimo de núcleo urbano, em oposição ao meio rural e "município", que no Brasil corresponde ao menor núcleo político-administrativo com governo próprio. Assim, o município de Macaé abrange não só a cidade de Macaé, mas também seus demais distritos, a saber, Cachoeiros de Macaé, Córrego do Ouro, Glicério, Frade e Sana.

⁹ Levando em conta que a atividade turística abarca diferentes prestações de serviços, como hospedagem, alimentação, transporte e entretenimento, dentre outros, percebe-se o alcance de relações de consumo necessárias para o seu pleno funcionamento.

¹⁰ Segundo Martins e Murad Júnior (2010, p. 18), as viagens corporativas são "viagens individuais ou coletivas, feitas frequentemente por profissionais liberais, funcionários, terceiros ou convidados de empresas e pagas por um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com objetivos profissionais ou decorrentes deles". Ainda segundo os mesmos autores, o turista corporativo ou de negócios "em nome da empresa, tem entre suas responsabilidades fechar negócios, participar de reuniões, fazer vendas, assistência técnica, em localidades diferentes de onde reside ou trabalha, tanto no seu país como no exterior" (*Ibid.* p. 48). É interessante perceber que turismo corporativo pode ser compreendido como sinônimo de turismo de negócios, como se pode atestar através da definição dada por Wada (2009, p. 215): "Turismo de negócios é o conjunto de atividades que resultam em viagens sob a responsabilidade de uma pessoa jurídica [...] que absorve todas as despesas previstas em sua política de viagem e se preocupa com outros aspectos como segurança, saúde e bem-estar do viajante, com intenção de garantir sua produtividade [...]".

¹¹ Devido ao fato de ser uma enseada.

¹² Conforme Boullón (2005, p. 118), "em toda cidade se observa uma tendência a superestimar seu patrimônio".

¹³ É o 6º Distrito do Município de Macaé, cuja área total é também uma APA - Área de Proteção Ambiental, e tem sua atividade turística estruturada na oferta de ecoturismo, com muitas trilhas, quedas d'água, passeios a cavalo, rede de hospedagem fundamentada em pousadas e *campings*, além de alguns restaurantes e bares.

¹⁴ Parque Natural Municipal que dista, aproximadamente, 27 quilômetros do Centro da Cidade de Macaé, e que fica na área da antiga Fazenda Atalaia, onde havia o primeiro manancial de água potável para abastecimento da cidade. O local oferece visitas guiadas por suas trilhas, espaço para piqueniques e lazer, além de educação ambiental.

¹⁵ Localizada no Distrito de Córrego do Ouro, a antiga fazenda conta com uma coleção de móveis coloniais em sua casa principal, além de uma pequena capela, além de ter funcionado como produtora de café e, posteriormente, fábrica de aguardente.

¹⁶ A Lagoa de Imboassica oferece condições para a prática de esportes aquáticos, além de ser um espaço de contemplação da paisagem muito frequentado, especialmente no momento do pôr-do-sol.

¹⁷ Também denominado Arquipélago de Santana.

¹⁸ Em conversa prévia com alguns responsáveis pela gestão da Petrobras em Macaé, a equipe de turismólogos da Secretaria Municipal Adjunta de Turismo, na época Fundação de Esporte e Turismo de Macaé, recebeu como resposta a esta proposta a rentabilidade do projeto como empecilho para seu desenvolvimento, uma vez que os custos de manutenção seriam altos e o retorno não seria garantido, aliás, foi explicado que o mais conveniente é afundá-las, transformando-as em recifes artificiais.

¹⁹ Sobre a importância da união de forças entre poder público, iniciativa privada e população local Mielke (2015, p.75) afirma que "Absolutamente nenhum processo de desenvolvimento turístico responsável, no qual o objetivo seja contribuir ou proporcionar a melhora de qualidade de vida do entorno, é possível sem uma eficaz e efetiva cooperação entre os atores sociais envolvidos. [...] é necessário que meios de hospedagem, bares, restaurantes, guias, empresas de transporte, comércio relacionado, produção associada e poder público atuem de forma conjunta ou pelo menos com um pouco de orientação e de forma coordenada".

²⁰ A importância dos eventos para um destino turístico está, segundo Canton (2009, p. 197-198), na mobilização dos "agentes econômicos de uma área, cidade ou região, incluindo hotéis, agências receptivas, restaurantes e bares, comércios, além de uma gama dos mais variados prestadores de serviços. O setor contribui enormemente para a economia e o desenvolvimento de uma área, gerando oportunidades de negócios, possibilitando criação de empregos e aumento da receita fiscal. Além dessas contribuições, os eventos tornam-se importantes instrumentos no sentido de combater a sazonalidade turística, quer pela sua ocasionalidade, quer por garantir a presença no núcleo de um número maior de pessoas".

²¹ Como destacam Gastal e Moesch (2007), a tendência da lógica neoliberal é a entrega dos empreendimentos turísticos à iniciativa privada, uma vez que o serviço público está sujeito à troca periódica de gestores, o que dificulta sua organização e promoção por parte das instâncias governamentais.

²² Com relação a este tema, Boullón (2005, p. 23) afirma: "Para que um plano de desenvolvimento tenha alguma possibilidade de aplicação, ele deve considerar a variável financeira, pois sem orçamento todos os objetivos que forem propostos, por melhores que sejam, serão irrealizáveis".

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Lucia Capanema; FERREIRA, Marta Araújo Tavares. Turismo de negócios na região do Barro Preto, Belo Horizonte, como fator de desenvolvimento local. In: BAH, Miguel; MARTINS, Rosilene Conceição Rocha; MARTINS, Sérgio Fernandes (Orgs.). *O turismo como força transformadora do mundo contemporâneo*. São Paulo: Roca, 2005.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

BOULLÓN, Roberto C. *Os municípios turísticos*. Bauru, SP: Edusc, 2005. (Coleção Turis).

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. *Exclusão social e desenvolvimento humano: análise sociológica da pesquisa domiciliar do programa Macaé cidadão 2001 – 2003*. Macaé, RJ: Prefeitura Municipal de Macaé, 2007.

DALONSO, Yoná da Silva. Turismo industrial como novo segmento turístico: a experiência de Joinville. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godói (Ed.). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005.

EL PAÍS. *Macaé, do Eldorado do petróleo à terra do desemprego*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/economia/1446645908_814221.html>. Acesso em: 09 ago. 2018.

EMBRATUR. *Uma grata surpresa chamada Macaé*. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10773-uma-grata-surpresa-chamada-maca%C3%A9.html>>. Acesso em: 12 out. 2018.

ESTADÃO. *Com retomada da Petrobras, Macaé dá sinais de recuperação após três anos de crise*. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-retomada-da-petrobras-macae-da-sinais-de-recuperacao-apos-3-anos-de-crise,70002410125>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

ESTEVEES, Francisco de Assis. *Do índio Goitacá à economia do petróleo: uma viagem pela história e ecologia da maior restinga protegida do Brasil*. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2011.

GASTAL, Susana; MOESCH, Maruschka Martini. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007. (Coleção ABC do Turismo).

GURVITZ, Henrique; Ávila, Seráfita. Influência dos royalties do petróleo na sustentabilidade fiscal dos municípios fluminenses. In: PIQUET, Rosélia; CRUZ, José Luis Vianna da; VILANI, Rodrigo Machado. *O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

IBGE. *Macaé*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/macae/panorama>>. Acesso em 12 out. 20018.

LA ROVERE, Renata Lèbre; IRVING, Marta de Azevedo; LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de. Turismo e sustentabilidade: contexto, obstáculos e potencialidades no estado do Rio de Janeiro. In: OSORIO, Mauro; MELO, Luiz Martins de; VERSIANI, Maria Helena; WERNECK, Maria Lúcia (Orgs.). *Uma agenda para o Rio de Janeiro: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

LEAL, José Agostinho Anachoreta; SERRA, Rodrigo Valente. A experiência do Alasca. In: PIQUET, Rosélia; CRUZ, José Luis Vianna da; VILANI, Rodrigo Machado. *O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

LÔBO JÚNIOR, Dácio Tavares; MORAIS, Rosali Quinan de Macedo; SANTOS, Sônia Regina de Souza Lapa dos; GAVINHO, Vilcson Mateus dos Santos. *Macaé síntese geo-histórica*. Rio de Janeiro: 100 Artes Publicações, 1990.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. Diretrizes para o turismo sustentável em municípios. São Paulo: Roca, 2002.

MARTINS, Vivianne Gevaerd; MURAD JÚNIOR, Eduardo. *Viagens corporativas*. São Paulo: Aleph, 2010.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. Comercialização em turismo: a cooperação no desenvolvimento de destinos turísticos. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (EE.). *Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização*. Barueri, SP: Manole, 2015.

MONTEIRO, Edison da Silva; GUERREIRO, Evandro Prestes. Turismo e serviços nas plataformas de petróleo: novo segmento? In: PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (EE.). *Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização*. Barueri, SP: Manole, 2015.

MOTA, Ailton; PONTES, Carla; TAVARES, Érica; CARVALHO, Leonardo de; TOTTI, Maria Eugênia. Impactos socioeconômicos e espaciais na instalação do pólo petrolífero em Macaé, RJ. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (Orgs.). *Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

OLIVEIRA, Celso Henrique de; ARAÚJO, Nina Quintanilha; Nazareth, Paula Alexandra. Considerações sobre os impactos das propostas de mudanças no marco regulatório do petróleo e gás natural nas finanças públicas do RJ. In: PIQUET, Rosélia; CRUZ, José Luis Vianna da; VILANI, Rodrigo Machado. *O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

OMT. *Turismo internacional: uma perspectiva global*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PETROCCHI, Mario. *Turismo: planejamento e gestão*. 5 ed. São Paulo: Futura, 2001.

PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edegar Luis. *Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014.

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

TAVARES, Alice F.; CAUTIERO, Gisele Muniz dos Santos; FRANCO, Maria Conceição Vilela. (Orgs.). *Relatos e personagens na história de Macaé*. Macaé, RJ: Solar dos Mellos, 2014.

STIGLIANO, Beatriz Veroneze; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. *Inventário turístico*. Campinas, SP: Alínea, 2006.

TRIBE, JOHN. *Economia do lazer e do turismo*. 2. ed. São Paulo: Manole, 2003.

VALLS, Josep-Francesc. *Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIGNATI, Federico. *Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países*. Rio de Janeiro: Senac, 2012.

WADA, Elizabeth Kyoko. Turismo de negócios: viagens corporativas, eventos e incentivos. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (EE.). Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP: Manole, 2009.

ZICKWOLFF, Erick da Cunha Coelho. *A turística flor do deserto, entre o lugar e o não-lugar: um estudo sobre a cidade de Dubai*. Niterói, RJ: UFF, 2009. (Monografia).